



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 556/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1809/2011 – 35 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Manoel Henrique Ribeiro, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 14/2011, fls. 78/95 e Informação nº 017/2015, fls. 6857/6863 – DICAD/MA.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho 375/2015 reiterando os termos do Parecer 6.073/2013-MP/ESB, da lavra do Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.

8- Relator: Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. IMPLURB. Exercício de 2010.

Regular com ressalvas. Multa. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 – À UNANIMIDADE:

9.1.1 - JULGAR REGULAR/ COM RESSALVAS, nos termos do art. 18, II, da LC nº 06/1991 e arts. 1º, inciso II e 22, II, da Lei n. 2423/1996 c/c art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução TC n. 04/2002, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, do **INSTITUTO MUNICIPAL DE ORDEM SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO - IMPLURB**, de responsabilidade do Senhor **MANOEL HENRIQUE RIBEIRO**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

9.1.2 - DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:

a) Remeta a atual Administração do IMPLURB cópia autênticas do Relatório Conclusivo, da Informação e do Parecer Ministerial acima referidos, recomendando-lhe maior presteza e zelo em relação às Prestações de Contas futuras, para que não se repitam as falhas demonstradas nos citados documentos;

b) Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução n. 04/2002 (RITCE), adote as providências do artigo 162, § 1º, do Regimento Interno.

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 556/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2 – POR MAIORIA, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:

9.2.1 - Aplicar ao Senhor **MANOEL HENRIQUE RIBEIRO**, ex-Diretor-Presidente do IMPLURB e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), a **multa R\$12.056,33**, com base no valor atualizado, correspondente à soma do valor **por cada mês de atraso de R\$1.096,03** na remessa ao Tribunal de Contas, da movimentação contábil do IMPLURB (Janeiro/2011 (**305 dias**), Fevereiro/2011 (**276 dias**), Março/2011 (**244 dias**), Abril/2011 (**215 dias**), Maio/2011 (**184 dias**), Junho/2011 (**153 dias**), Julho/2011 (**124 dias**), Agosto/2011 (**91 dias**), Setembro/2011 (**63 dias**), Outubro/2011 (**33 dias**) e Dezembro/2011 (**36 dias**).

9.2.2 - **FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias (alínea “a”, inc. III, do artigo 72 da Lei n. 2423/1996 e art. 174 do R. I.) para que o Senhor **MANOEL HENRIQUE RIBEIRO**, ex-Diretor-Presidente do IMPLURB e Ordenador de Despesas, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (art. 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada, desde logo, a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC n. 4/2002;

9.2.3 - Após o recolhimento da multa, **DAR QUITAÇÃO** ao Senhor **MANOEL HENRIQUE RIBEIRO**, nos termos do art. 76 da Lei n. 2423/1996.

Vencido: o Relator quanto à multa aplicada, cujo montante tomou como base valor fixado na legislação vigente à época dos fatos. Em sessão, o Conselheiro Revisor concordou em considerar que não houve atraso na remessa da movimentação contábil no mês de novembro.

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

12.1 – Registro de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do RITCE/AM).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral